

HABEAS CORPUS Nº 548.342 - RJ (2019/0355650-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MAURO COELHO TSE
ADVOGADO : MAURO COELHO TSE - RJ0068336
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PACIENTE : ARLEIR FRANCISCO BELLIENY (PRESO)

DECISÃO

ARLEIR FRANCISCO BELLIENY, por sua defesa, alega sofrer coação ilegal em decorrência de decisão liminar prolatada por Desembargador do **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** (HC n. 5010823-86.2019.4.02.0000/RJ).

Os impetrantes buscam a superação da Súmula n. 691 do STF e a revogação, em liminar e no mérito, de prisão preventiva decretada nos Autos n. 5078012-07.2019.4.02.5101 (**Operação Patrón**), pelo Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Sustentam, para tanto, a (fl. 5):

[...] completa desnecessidade da custódia e de sua manutenção, tendo em vista a desacertada e precária fundamentação do decreto constritivo, que tem como pressuposto fundamental a gravidade dos supostos delitos, estando a motivação amparada em suposições e conjecturas - não provadas, sob o crivo do contraditório as quais eventualmente constituirão o próprio objeto da futura demanda penal.

Decido.

I. Súmula n. 691 do STF

Permite-se a superação da Súmula n. 691 do STF em casos excepcionais, quando, sob a perspectiva da jurisprudência deste Superior Tribunal, a ilegalidade do ato apontado como coator é tão óbvia que é cognoscível a um primeiro olhar, sem necessidade de incursionar em questões de alta indagação.

II. Possibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STJ.

Na hipótese, verifico a possibilidade de acolher o pleito de urgência.

A prisão preventiva possui natureza excepcional. Deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal. Sujeita-se à prova da ocorrência de crime (s) punido (s) com pena superior a 4 anos de reclusão (salvo nas hipóteses do art. 313 do CPP) e **à suficientes indícios de que o(a) suspeito(a) seja o autor ou partícipe dos fatos tidos como delituosos.**

Reunidos esses dois pressupostos, cabe ao juiz identificar dados concretos que justifiquem a imposição de providência cautelar tão gravosa e que traduzam a necessidade de se proteger a instrução criminal, a aplicação da lei penal ou a ordem pública e econômica (*periculum libertatis*).

Dito isso, não identifico, a um primeiro olhar, indícios suficientes de autoria delitiva contra o paciente, a justificar a providência cautelar mais extrema.

O decreto prisional pontua a existência de suposta organização criminosa descortinada na Operação Câmbio Desligo, integrada, em tese, por dezenas de doleiros, um deles Dario Messer, que estava foragido da justiça. A autoridade explica que determinou a prisão do acusado em apreço, em outro processo, mas, ***ao que parece, ele continuou a movimentar e escamotear ativos à margem da lei, agora com o aparente apoio de outras pessoas, investigadas na Operação Patrón,*** que estariam acertos para operacionalizar crimes de evasão de divisas e de lavagem de dinheiro. Nesse contexto, Arleir, o ora paciente, é identificado como alguém que, supostamente, integrou o núcleo operacional de nova organização criminosa, pois, em tese, seria o responsável por auxiliar "Dario no transporte e recebimento de seus recursos financeiros" (fl. 352).

O Juiz assim explicou sua convicção: "consoante conversas gravadas no celular Iphone apreendido, **cumpre destacar a participação de Arleir e Alcione,** (padrasto e mãe de Myra, respectivamente), na medida em que **mantinham contato regular com Dario, sabendo da sua condição de foragido**" (fl. 353); **"Arleir contabiliza duas idas a Assunção/PY, em junho e julho, permanecendo naquele país apenas**

um dia" (fls. 353-354); "a autoridade policial acostou **uma fotografia datada de 2/1/2019 em que os quatro aparecem juntos (DARIO, MYRA e seus pais), possivelmente em uma festa**, sendo inegável que se conheciam" (fl. 353-354).

Ora, a fundamentação do édito prisional não conduz ao raciocínio acerca do *fumus comissi delicti*. É incontroverso nos autos que a enteada do paciente, também sujeito passivo da medida cautelar extrema, possui relacionamento afetivo com Dario Messer, há algum tempo. O contato regular de seu padrasto com o foragido da polícia, bem como a fotografia na qual ele, sua esposa, a enteada e o acusado aparecem juntos em uma comemoração não constituem dados suficientes para afirmar sua autoria ou participação em crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O registro de duas viagens rápidas ao Paraguai, por apenas um dia, é o único dado concreto que justifica maiores averiguações, mas não revelam o conjecturado apoio logístico do paciente às atividades do doleiro. Não há menção de Arleir se encontrou com interlocutores de Dario Messer, com doleiros, com operador financeiro ou com alguma pessoa indicada pelo acusado na Operação Câmbio Desligo. Não se especifica, com base em elementos informativos, que ele viajou ao Paraguai a mando do namorado da enteada, para praticar atos supostamente ilícitos.

O édito prisional assinala que Arleir sabia da condição de foragido de Dario Messer, o que não equivale a dizer que, **ativa e relevantemente**, auxiliou sua fuga ou o ajudou, materialmente, a se esconder da ação das autoridades.

Assim, por não visualizar pressuposto da prisão preventiva, o *fumus comissi delicti*, e atento ao princípio da presunção de inocência, diviso a possibilidade excepcional de superar a Súmula n. 691/STF. Reputo haver razões para as investigações, mas não para lastrear tão grave restrição ao direito ambulatorial do postulante.

Nesse cenário, **supero a Súmula n. 691 do STF e concedo a liminar para suspender os efeitos do decreto de prisão preventiva exarado contra o paciente até o julgamento deste habeas corpus**.

Não há prejuízo de restabelecimento da prisão preventiva, se, com o desenrolar das investigações, forem descobertos indícios

Superior Tribunal de Justiça

razoáveis de autoria delitiva, desde que justificada concretamente a cautela extrema e sua imprescindibilidade, *vis-à-vis* os artigos 312 c/c 282 do Código de Processo Penal.

Publique-se e intmem-se.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juiz de primeiro grau, em especial sobre o andamento do processo. Depois da resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intmem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**